



A HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO: UMA BREVE REVISÃO

BARROS, Nilci de Oliveira

Acadêmica do Curso de Pedagogia da Faculdade de Ciências Sociais e Agrárias de Itapeva

VESPASIANO, Bruno de Souza

Docente da Faculdade de Ciências Sociais e Agrárias de Itapeva

RESUMO

O presente artigo tem por finalidade realizar um breve resumo abordando a História da Educação Brasileira: com início no período jesuítico até os dias atuais, enfatizando a contribuição e a importância de cada período para a educação atual.

O objetivo do texto é refletir sobre a história da educação no Brasil, seus principais acontecimentos, processos de mudanças e evolução ao longo do tempo e os caminhos percorridos pela educação, ressaltando suas várias concepções de ensino ao longo da história até a atualidade.

Palavras-Chave: Brasil, Educação, História

ABSTRACT

This article aims to make a short summary addressing the History of Brazilian Education: commencing at the Jesuit period to the present day, emphasizing the contribution and importance of each period for the current education.

The purpose of the paper is to reflect on the history of education in Brazil, its major events, processes of change and evolution over time and the paths followed by education, highlighting its various teaching concepts throughout history until the present day.

Keywords: Brazil, Education, History

1. INTRODUÇÃO

Analisa-se neste artigo os aspectos da história da Educação no Brasil, desde a chegada dos portugueses com o sistema de educação jesuítico no Brasil Colonial, passando pelo período Imperial, pela Proclamação da República, Ditadura Militar, consolidação da escola pública e outros acontecimentos até chegar à atualidade (DAVID, et al 2014)

A educação foi implantada para fins evangélicos e dominação de maneira gradativa e lenta, durante quatro séculos a educação ficou restrita sobre o domínio da elite e deixada em segundo plano pelos governantes que nunca se preocupavam e desenvolver políticas seria de educação (NASCIMENTO, et al 2012).

O presente trabalho aborda de maneira ampla a história da educação, suas conquistas e evolução, métodos e concepções de ensino realizando uma

retrospectiva da história da educação brasileira até a atualidade (DAVID, et al 2014).

2. A HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO: UMA BREVE REVISÃO

Em 1549, com a chegada dos jesuítas surgiu à primeira instituição escolar no Brasil, o primeiro plano educacional foi desenvolvido pelo o padre Manoel da Nóbrega, com o objetivo de ensinar o aprendizado do português, a doutrina cristã, a escola de ler e escrever, canto orfeônico, música instrumental, aprendizado profissional e agrícola e gramática latina, no entanto o plano educacional não se estendia a população indígena (RIBEIRO, 2000).

Logo após houve um descontentamento tanto na metrópole quanto na colônia em relação aos padres Jesuítas, devida a baixa produção de mineração e os atritos entre os colonos e os religiosos, fatores que causaram a expulsão dos Jesuítas de Portugal e de suas colônias (ARANHA, 1998).

Com a reforma pombalina em 1759 surgiu à primeira tentativa de formar uma escola pública sobre o domínio do estado, visando educar para o interesse do país e não da ordem religiosa. Diante da mudança de interesse houve também mudança na estrutura do ensino, leigos passaram a ter acesso à educação, as disciplinas deixaram de ser unificadas e se tornaram isoladas, porém a base de ensino não mudou já que a maioria dos professores em exercício eram jesuítas (ROMANELLI, 2006).

Logo após a chegada da família real e permanência da coroa portuguesa no Brasil, muitas mudanças aconteceram na educação, no ensino técnico do Rio de Janeiro ocorreu à implantação da Academia de Belas Artes, a Academia da marinha, a Academia Real Militar, a Escola real de Ciências Artes e ofícios. Em salvador, Bahia foi criado cursos de Cirurgia, Economia, Agricultura, Química e Desenho técnico (RIBEIRO, 2000).

E cultura do povo brasileiro, com a criação de escolas elementares em todas as cidades e vilas, formando um sistema de ensino gratuito, porém houve muitos obstáculos em encontrar professores dispostos a trabalhar por um salário tão baixo, falta de recursos para construir escolas e fornecimento de materiais pedagógicos (NASCIMENTO, et al 2012).

Devido às grandes dificuldades encontradas no contexto escolar brasileiro, ocorreu o Ato Adicional de 1834, com a finalidade de descentralizar o ensino, o governo nomeou as Províncias a responsabilidade de promover o ensino gratuito, e deixando sobre sua incumbência somente o ensino superior (ROMANELLI, 2006).

A Constituição da República em 1890 foi marcada pela a criação da escola primária e secundária com o objetivo de formar o aluno para o curso superior, o príncipe Regente D. Pedro criou os primeiros cursos superiores, a partir daí surgiram mudanças nas instituições educacionais, como a descentralização do poder, a transformação do curso preparatório para o ensino superior, novas faculdades, a dualidade do sistema de educação brasileiro, a educação estava num processo de autonomia (ROMANELLI 2006).

Durante a primeira republica em 1891 foi decretada a Reforma Benjamin Constant, no ano seguinte foi colocada em pratica, sua principal função era a garantia de liberdade e laicidade do ensino e a gratuidade da escola primária de acordo com a orientação do texto constitucional (RIBEIRO, 2000).

A Constituição da Republica de 1891, consagrou o sistema dual de ensino e oficializou a distância entre a educação da classe dominante (escolas secundárias acadêmicas e escolas superiores) e a educação do povo (escola primária e escola profissional) (ROMANELLI, 2006).

A Segunda Revolução em 1930 causou melhoras no campo educacional, sendo favorecido por um fator principal, o país se encontrava em momento de crescimento, necessitando de profissionais qualificados e isso exigia investimento na educação em resposta foi criado o Ministério da Educação e Saúde pública. No ano seguinte devido a mudanças necessárias no setor da educação foi criado o Conselho Nacional e Estadual, de Educação; a organização do ensino secundário e a instituição do Estatuto da Universidade (NASCIMENTO, et al 2012).

No ano de 1932 um grupo de educadores conduziu a Nação o Manifesto dos Pioneiros, um documento muito importante com o objetivo de inovar o sistema educacional brasileiro. Buscava uma escola pública, de ensino laico e gratuito que garantisse a educação para todos independentes de classe ou gênero eles deveriam ter a mesma oportunidade de aprendizagem (ARANHA, 1998).

Neste contexto, surge a idéia formação integral e de escola de tempo integral. A proposta de educação integral surge como resposta à função social excludente que a escola exerceu em nosso país desde período colonial (ROMANELLI, 2006).

A Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil, de 1934 em seu Capítulo II, Da Educação e da Cultura, dispõe nos artigos 148 e 149:

Art.148 - Cabe à União, aos Estados e aos Municípios favorecer e animar o desenvolvimento das ciências, das artes, das letras e da cultura em geral, proteger os objetos de interesse histórico e o patrimônio artístico do País, bem como prestar assistência ao trabalhador intelectual. (...) Art. 149 - A educação é direito de todos e deve ser ministrada, pela família e pelo Poderes Públicos, cumprindo a estes proporcioná-la a brasileiros e a estrangeiro domiciliados no País, de modo que possibilite eficientes fatores da vida moral e econômica da Nação, e desenvolva num espírito brasileiro a consciência da solidariedade humana (Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil, 1934.)

A educação brasileira se libertava de um modelo de educação que se pendurou durante muitos anos, e no decorrer desse processo, surgiram novas idéias, novas leis, mudando a concepção de ensino, o sistema de ensino adquiriu uma nova estrutura formada por quatro etapas. Primeira etapa o Ensino pré-primário, composto pelo as escolas maternas e jardins da infância; segunda etapa o Ensino primário, de 4 anos com chance de ser acrescido de 2 anos mais com programa de artes aplicada; terceira etapa Ensino médio, acontecia em dois ciclos: ginasial de 4 anos e o colegial de 3 anos, ambos por sua vez compreendendo o ensino secundário e o ensino técnico (industrial, agrícola, comercial e de formação de professore); quarta etapa Ensino superior, com a mesma estrutura já consagrada antes (ROMANELLI, 2000).

No ano de 1950 com a volta de Getulio Vargas ao poder, o setor industrial estava em grande crescimento, com a necessidade cada vez maior de profissionais qualificado, o governo estrategicamente equivalem os cursos

técnicos ao nível secundário, tornando assim maior a procura pelo o ensino superior (NASCIMENTO, et al 2012).

O golpe militar de 1964 causou grandes perdas marcadas pela intervenção militar, pela burocratização do ensino público, por teorias e métodos pedagógicos que buscavam restringir a autonomia dos educadores e educando, mas por outro lado também teve grandes conquistas, como as modificações na Lei de Diretrizes e Bases. AS reformas visavam atrelar a educação brasileira ao modelo de educação norte-mericano e foram precedidas por um acordo entre o Ministério da Educação e Cultura (NASCIMENTO, et al 2012).

Com o fim da ditadura militar em 1985, começa uma Nova República, mas a ditadura havia deixado uma herança muito pesada, o país estava em crise política e econômica, devido à inflação, pois tinha uma enorme dívida externa, controlada pelo o Fundo Monetário Internacional (FMI). Houve muitas tentativas para solucionar a crise, inclusive uma mudança na moeda e congelamento de preço, porém foi sem sucesso (RIBEIRO, 2000).

A Constituição de 1988 estabeleceu que à educação um direito de todos e dever do Estado e da família, com acesso ao ensino obrigatório e gratuito como direito público subjetivo. O Plano Nacional de Educação tem como objetivos principais: o aumento do nível de escolaridade da população, a melhoria da qualidade de ensino, reduzindo a desigualdade social no que se refere ao acesso e permanência na escola pública, além de democratizar o espaço escolar com a participação do professores e da comunidade na elaboração do projeto pedagógico da escola (RIBEIRO, 2000).

No ano de 1990, Fernando Collor foi eleito o primeiro presidente civil eleito pelo o voto popular, porém governou somente por dois anos, devido a escândalos e denúncias de corrupção, a população se mobiliza e vão as ruas em protesto e consegue o impeachment do presidente (ARANHA, 1998).

Em 20 de dezembro de 1996 o presidente Fernando Henrique Cardoso e o ministro da educação Paulo Renato, sancionaram a Lei de Diretrizes de Base da Educação de 1996, o sistema educacional brasileiro de educação adquiriu mudanças importantes, uma vez que a lei de 9394/96 estabeleceu a diretrizes e base da educação nacional (NASCIMENTO, et al 2012).

A LBD de 9394/96 em sua essência democrática regulamentou a estrutura e o funcionamento do sistema de ensino nacional, a partir daí a educação se dividiu em dois níveis: a educação básica que compreende a educação infantil; o ensino fundamental e médio e a educação superior. Devido à política neoliberal do governo Fernando Henrique Cardoso as universidades particulares aumentaram e as públicas ficaram super lotadas e sofriam por falta de verbas e de investimentos (NASCIMENTO, et al 2012).

Na atualidade que se encontra, a Lei de Diretrizes de Bases da Educação estruturou o sistema de ensino nacional com princípios educativos específicos de acordo com os níveis; Educação Infantil; Ensino Fundamental; Ensino Médio; Educação de Jovens e Adultos; Ensino Técnico e Ensino Superior. (NASCIMENTO, et al 2012).

Nos últimos meses a educação brasileira, vem ganhando novos rumos com Programas e projetos, devido à atual política educacional voltada à inclusão e ao desenvolvimento social. A proposta é ampliar o atendimento da educação básica, refletir e discutir ainda mais sobre a educação em geral no país e garantir um ensino de qualidade nas escolas pública (FERNANDES, 2003).

3. MATERIAIS E METÓDOS

Para a elaboração desse trabalho foi realizada uma revisão de Literatura apresentando estudos relevantes sobre o tema, baseando-se na busca de assuntos existentes e os conhecimentos dos autores que tratam deste assunto familiarizando com a problemática com intuito de compreender o tema nas mais diversas concepções. O material utilizado foi separado de acordo co a abrangência do tema, foram realizadas pesquisas bibliográficas tendo como base para esse projeto leituras de livros e artigos nacionais, pesquisas nos sites Google e Scielo, buscando identificar, analisar e apropriar-se dos componentes necessários a formação docente.

4. CONCLUSÕES

No decorrer da realização desse estudo foi possível perceber o quanto a Educação brasileira ao longo de sua trajetória tem sido influenciada pelas transformações sociais, econômicas, políticas, históricas e culturais pelas quais o Brasil tem passado.

Durante esse período, a educação no Brasil passou por inúmeras reformas. Muitas delas não foram colocadas em prática e ficaram apenas na teoria; outras priorizaram o investimento no ensino gratuito de qualidade e igual para todos. A educação passou por diversas etapas, atingindo uma evolução no seu conceito e princípios.

Nesta pesquisa foi possível perceber que a educação ao longo da sua trajetória tem sido uma necessidade que acompanha a humanidade desde sua existência. Aliada educação escolar e a educação que acontece no meio social, a fim de tornar os sujeitos mais autônomos e independentes nas suas relações.

Até hoje, a educação se encontra incerta, é preciso criar transformar, o ato de educar, como diz Paulo Freire “a educação é preciso ser autêntica, com alma, sentimentos e emoções, desejos e sonho”...

5. REFERÊNCIAS

ARANHA, Maria Lúcia de Arruda. **História da educação**. 2ª edição São Paulo: Editora Moderna 1998

DAVID, E. A. et al. Aspectos de evolução da educação brasileira. **Revista eletrônica de educação da faculdade Araguaia**, 5: 184-200. 2014

FERNANDES, Francisco das Chagas. **Nova política de educação**, 2003.

NASCIMENTO, P. E. A et al. História da educação no Brasil e a prática docente diante das novas tecnologias. **IX Seminário nacional de estudos e pesquisas história sociedade e educação no Brasil**. Universidade Federal de Paraíba, João Pessoa, anais eletrônicos, 2012.

RIBEIRO, Maria Luisa Santos Ribeiro. **História da educação brasileira: a organização escolar**. 16ª edição. Campinas: Autores Associados, 2003.

ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. **História da educação no Brasil**. 30ª edição. Petrópolis: Vozes 2006.